

**A HISTÓRIA COMO UM ROMANCE? UMA DISCUSSÃO DA
CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DA VERTENTE “PÓS-MODERNISTA” PARA OS
ESTUDOS SOBRE A HISTORIOGRAFIA TACITEANA**

Ygor Klain Belchior¹

Resumo: Junto ao desenvolvimento das concepções sobre a cientificidade da História, o século XIX presenciou a fusão entre a poesia e a realidade histórica. Desta cooperação entre a necessidade de empiria/realidade concreta e as exigências da literatura poética surgiram os chamados romances históricos. Essas novas perspectivas lançaram questões importantes para a compreensão da prática historiográfica taciteana. Portanto, nossa proposta é atentar para esse debate e destacar que para nós essas novas perspectivas literárias da historiografia clássica possuem limites que devem ser bem demarcados, sem, contudo, deixarmos de lado a grande contribuição que essas novas questões trazidas da teoria literária possibilitaram para os avanços nos estudos sobre o pensamento histórico na antiguidade.

Palavras-chave: Pós-modernismo; Historiografia; Tácito.

Abstract: Along with the development of concepts based on the scientific history, the nineteenth century witnessed the fusion between poetry and historical reality. This cooperation between the need for empirical / concrete reality and the demands of poetic literature enable the emergence of the so-called historical novels. These important issues have launched new perspectives for the understanding of the Tacitus's historiography. Our proposal in this article is represent this debate and emphasize that these new perspectives for literary historiography have important limits that should be well defined, but without leaving aside the great contribution that these new issues brought to the literary theory, allowed for advances in studies on historical thought in antiquity.

Key- words: Postmodernism; Historiography; Tacitus.

No século XIX, os pensadores da escola metódica alemã deram início à empreitada de institucionalização da História como ciência, retirando-a do campo da Retórica e reclamando-a para o âmbito da epistemologia. Essa nova compreensão da

História (epistemologia histórica) buscou estabelecer bases para o exercício dessa ciência através do estabelecimento de normas para a sua exposição, em forma de narrativa (a linguagem passa a ser apenas uma ferramenta do historiador), através da crítica documental (seja de fontes materiais ou orais), por um método científico (visando à prova), além da constante busca por leis gerais que auxiliassem no entendimento do processo histórico.

Somado a isso, o próprio contexto intelectual (século XIX) vivenciado pelas ciências sociais, e que estava marcado por uma imensa demanda ocasionada pelo advento dos Estados Nacionais, impulsionavam a “ciência histórica” para uma condição primaz dentro do processo de formação das identidades nacionais. Essa imensa recorrência aos estudos históricosⁱⁱ direcionou as pesquisas no sentido de compreender a origem e a formação dos povos que habitaram aquela região (que agora era entendida como nação), como também sobre as instituições que ali atuaram (ARAÚJO, 2008: 57-99; BALAKRISHNA, 2000; CHIARAMONTE, 2004: 17-57).

Totalmente devedores dos acervos e catálogos legados por uma tradição antiquária que conservou muitos documentos “oficiais”ⁱⁱⁱ e testemunhos que não foram escritos sob nenhum tipo de tortura ou dogma religioso, esses teóricos liderados por Leopold von Ranke acompanharam o contexto de desenvolvimento e consolidação de diversos campos do saber, como a biologia, a química e a matemática, que passavam a sustentar uma nova condição: a de ciência. Esses teóricos, portanto, reclamaram para si a empreitada de levar a história à categoria de ciência através da elaboração de um “método histórico”.

Dentro desse método, para que fosse realizada a empreitada história era essencial que os “historiadores metódicos” realizassem dois processos primários que envolviam a matéria prima da ciência histórica: a crítica interna e externa das fontes históricas (MARTIN & BORDÉ, 1983: 99). Feito esse processo, e constatada a veracidade dos documentos, cabia aos pesquisadores apenas reproduzir aquilo que encontravam em suas fontes. Ou seja, realizando um processo muito diferente daquilo que poderíamos compreender como uma crítica epistemológica, ou até mesmo como uma filosofia desta matéria (MARTIN & BORDÉ, 1983: 103), já que como uma ciência a história possuía um método, e, portanto, não deveria sofrer dos mesmos processos críticos que eram aplicáveis às práticas literárias.

Essa concepção de uma história científica levou os pesquisadores a desconsiderarem as obras dos historiadores antigos como obras históricas, sendo, dessa maneira, entendidas como um constructo literário graças a sua aproximação com elementos da retórica e da poesia. Dessa maneira, essas reflexões definiram, basicamente, um binômio em que era separada a prática historiográfica realizada através de um “método”, portanto uma ciência, de toda historiografia calcada em preceitos retóricos, entendida como literatura.

Com o início do século XX, principalmente durante os anos entre as duas grandes guerras mundiais, a historiografia foi repensada por outra “escola histórica”, os “Annales”. Com um projeto legitimado nas universidades francesas, os teóricos liderados por March Bloch, Fernand Braudel e Lucien Febvre iniciam, a partir de 1929, um programa de revisão da ciência histórica com uma dupla confrontação: por um lado, as múltiplas abordagens que poderiam ser apreendidas através de um diálogo com as ciências sociais (ciências auxiliares), no intuito de enriquecer os modelos de inteligibilidade do passado; e por outra via, só que em um sentido inverso, através da maior compreensão da experiência do passado para interpretar e compreender o mundo contemporâneo (SIMIAND, 2003).

Somado a isso, através da proposta de uma “revolução documental”, para os “Annales” tudo parecia tornar-se documento histórico: a família, a sexualidade, as idades, as crenças, os sentimentos, o cotidiano e as mentalidades, eram analisados sob a ótica da “história problema” e ampliavam os horizontes documentais dos historiadores, que cada vez mais se aperfeiçoavam em ferramentas extraídas das “ciências auxiliares” (REVEL, 1989). Contudo, a concepção de que existia uma historiografia científica, e que ela era diferente daquela que fora realizada pelos antigos ainda predominava.

Dentro dessas novas tendências historiográficas, em 1934, Gaston Boissier publica o livro intitulado *Tácito*, onde procura levantar alguns pontos muito discutidos na Alemanha sobre a maneira de conceber a história e de julgar os acontecimentos e os homens, nas obras de Tácito. Para o autor, Tácito se aplicou muito tardiamente ao gênero que o fez imortal: a *historia*. E mesmo quando o fez se distanciou dos maiores historiadores que serviam como modelos: Tito Lívio e Salústio. O objetivo de Tácito em se fazer história, segundo Boissier, não era o de apenas deleitar o ouvinte (Tito Lívio) e nem o de apenas tratar de questões morais (Salústio). O estilo taciteano era variado e

dinâmico e a sua principal tarefa era instruir através dos exemplos (BOISSIER, 1934: 16).

Quanto aos temas tratados nas obras de Tácito, Boissier os relaciona com as experiências que o historiador obteve durante o exercício de suas magistraturas e aos estudos que pode realizar quando estava a cargo de alguma tarefa. Como exemplo, cita que Tácito fez um estudo sobre a origem do deus egípcio Serapis (*Hist*, IV, 83) quando era membro do colégio sacerdotal (*quindecimviri sacris faciundis*), especialmente encarregado de vigiar os cultos estrangeiros. Contudo, a maior parte da análise de Boissier consiste na formação e no aperfeiçoamento das técnicas historiográficas de Tácito. Para isso, o autor se debruça, primeiramente, na análise da obra *Diálogo dos Oradores*, buscando compreender quais eram as concepções de Tácito sobre a oratória, a filosofia e as ferramentas de sua própria formação.

No entanto, podemos afirmar que estudos modernos sobre Tácito foram impulsionados através das importantes contribuições de Sir Ronald Syme. Em um artigo intitulado *How tacitus came to history*^{iv}, o autor busca compreender o processo pelo qual o orador latino Tácito passou dos primeiros escritos (*Agrícola*, *Diálogo dos Oradores* e *Germânia*) para a produção de obras históricas (*Histórias* e *Anais*). Para essa tarefa, o pesquisador se detém, no início de sua reflexão, no debate entre as ideias de Gaston Boissier (que haviam sido publicadas apenas 15 anos antes) e Ernst Kornemann, o autor da obra *Das Prinzipat des Tiberius und der "Genius Senatus"* (1947), e um dos alunos de Theodor Mommsen. Seu intuito nessa discussão é o de combater aquilo que denominou como "misconceptions" (SYME, 1957: 160-167), principalmente as interpretações realizadas por Gaston Boissier e Ernst Kornemann, que defendiam as ideias de que era possível prever a intenção de Tácito em escrever as suas obras, como também descobrir as predisposições nacionais da historiografia romana.

Para Syme, essas proposições não se constituíam como alternativas viáveis para o entendimento da historiografia taciteana. E a justificativa dada por Syme para refutar essas concepções estava calcada na percepção de que essas interpretações eram fruto do clima de florescimento literário na França e na Alemanha, e a consequente criação de escolas e de um sistema bem avançado de pesquisa histórica. O que estava em voga era o entendimento de Tácito através dos moldes do que era então entendido como um historiador profissional.

No intuito de responder as suas perguntas e de formular suas ideias a respeito da historiografia taciteana Ronald Syme publica, em 1958, a sua obra monumental intitulada *Tacitus*. Nesta obra, que ainda se destacar como referência nos estudos sobre o historiador latino, Syme procura iniciar a sua apresentação realizando a defesa de Tácito como historiador, tendo sempre em vista a discussão que realiza frente a uma bibliografia que é negativa ao reconhecimento das obras de Tácito como históricas. Nesse sentido, Syme se afasta das concepções alicerçadas no entendimento da historiografia taciteana através da ótica inspirada no florescimento acadêmico do final do século XIX e do início do século XX, propondo uma formulação interessante aonde situa as obras de Tácito em uma tradição historiográfica emulada de Salústio. A explicação para isso é a de que os estilos da escrita historiográfica desses autores podem ser comparados em diversos aspectos, e um deles é a visão pessimista que demonstram sobre o novo regime instaurado (principado)^v.

Dessa maneira, no intuito de driblar os problemas relativos às concepções dominantes que eram debatidas nesse cenário de florescimento acadêmico a respeito de Tácito como historiador, Ronald Syme procura se afastar do entendimento de que a atividade historiográfica taciteana somente poderia ser feito através da aproximação daquilo que era entendido (ou não) como a atividade do historiador profissional. Dessa maneira, Syme procura delinear através do constante contraste entre a hipótese calcada no entendimento das obras históricas de Tácito como parte de uma tradição emulada de Salústio, que consistia na representação pessimista dos acontecimentos relatados, em conjunto com o estudo da biografia do autor. Ou seja, através do entendimento de que as obras de Tácito haviam sido escritas por um homem da elite e, acima de tudo, haviam sido escritas por um homem político.

No entanto, cabe ressaltar que essas novas preposições a respeito do entendimento da historiografia taciteana, lançadas por Syme a partir do ano 1958, já encontravam suas bases fundadas nas ideias desenvolvidas ao longo do clássico livro, que havia sido publicado quase vinte anos antes, intitulado *The Roman revolution*. Através da leitura das ideias de Syme, podemos perceber que a grande contribuição que cabe ser destacada para o nosso estudo, consiste na proposta de Syme em realizar análise prosopográfica dos *patres* das famílias tradicionais da República, principalmente tendo sempre como foco as relações entre Augusto (através do partido de César)^{vi} e os

membros da elite romana, tendo como eixo temporal os anos finais da antiga República e os anos iniciais do principado de Augusto.

A constatação a que Syme chega é que essas famílias tradicionais foram se extinguindo ao longo do principado, cedendo lugar aos *novi homines* advindos das províncias e que passavam a ter relações muito próximas para com o partido dos imperadores. Essa nova elite reconfigurou a política romana e passou a ocupar as posições proeminentes que antes eram destinadas aos membros das famílias da *nobilitas* republicana, culminando na chegada desses novos homens ao poder máximo do império, através das guerras civis de 69 d.C. Caminho semelhante ao que também foi trilhado pelo historiador Públio Cornélio Tácito.

Portanto, tendo como ponto de partida a hipótese de que a guerra civil dos anos de 68 e 69 d.C foi um processo de reconfiguração da sociedade imperial romana, Syme delinea o contexto em que Tácito começa a se inserir na vida pública e a escrever as suas obras. Dessa maneira, defende a ideia de que seus trabalhos refletiam esse contexto de reconfiguração social e política, com sua exposição fortemente marcada pelo tom pessimista emulado de Salústio.

Mas Tácito estava fazendo política com as suas obras? Segundo Syme:

Tacitus had no wish to spare the senatorial class or the imperial system. He knew how promotion and patronage operated: birth and wealth, mutual connivance or traffic, and posts of high command consigned to greed or to indolent seniority. Significant examples of cruelty or extortion are duly registered. (SYME, 1967: 529).

Concordamos com essa ideia de Syme, na medida em que, como foi demonstrado anteriormente, Tácito era de origem provinciana e que ascendeu até a condição de senador graças aos favores de alguns imperadores, dentre eles Domiciano e Trajano (*Anais*, II, 56, 1; II, 61, 2; II, 60, 4; IV, 4, 3). Outro aspecto importante da observação de Syme é a posição ocupada por Tácito dentro da sociedade, ou seja, ele era um senador e, dessa maneira, assim como foi defendido por Syme, não devemos deixar de levar em consideração o fato de sua obra ter sido escrita com as preocupações de um senador romano.

Além disso, a própria aceitação de que a historiografia taciteana poderia ser entendida através da emulação de uma tradição pessimista da história já se colocava como uma grande questão a ser debatida. O próprio processo de formulação dessas

acepções, realizado através da concepção de uma atividade historiografia antiga muito diferente daquela que era praticada pelos historiadores contemporâneos, também se colocava como uma problematização muito importante para o fomento dos debates acadêmicos, inclusive encontrando substrato nas ideias que estavam sendo desenvolvidas nos Estados Unidos por Moses Finley e que consistiam em entender os antigos através das suas próprias categorias^{vii}.

Após a contribuição de Ronald Syme, que marcou o avanço nos estudos sobre Tácito, os debates fomentados pelo contexto de crise epistemológica da história ocorridos na década de 1970 influenciaram muitos dos estudos posteriores sobre a historiografia taciteana. Nesses debates foram retomadas algumas das visões lançadas pelos estudos de Syme, como a análise da posição social de Tácito e a sua inserção em uma tradição historiográfica, só que realizadas através de preocupações muito diferentes das de Syme, mas intrinsecamente ligadas às teorias literárias que estavam sendo desenvolvidas por Hayden White.

Somado a isso, como vimos, no início do século XX, com a “revolução documental”, a preocupação com a interdisciplinaridade para a ampliação das ferramentas de análise para a história (e aqui podemos destacar a filologia, a literatura, a filosofia), proposta pela escola francesa dos *Annales*, e a proposta alemã, representada aqui pela história dos conceitos [*Begriffsgeschichte*] de Koselleck, contribuíram para que Tácito voltasse a ser lido como historiador.

Com efeito, cabe afirmar que as ideias impulsionadas por Reinhart Koselleck, que começou a produzir suas obras no contexto pós-segunda guerra mundial, nos oferece um ponto de partida para iniciarmos nosso pensamento sobre o momento em que a historiografia deixou de ser pensada nos modelos e paradigmas das demais “ciências” e foi reclamada para o campo da filosofia e da teoria da história.

Justificamos essa afirmação através da noção de que Koselleck inicia seus estudos nesse contexto de crise das concepções calcadas na cientificidade histórica. Dessa maneira, e contrario a concepção científica da história, a grande contribuição que podemos destacar de Koselleck consiste basicamente no entendimento do conceito “história” através da sua relação com seus respectivos regimes de historicidade (KOSELLECK, Reinhart, 2004). Nesse sentido, a história para os antigos teria uma acepção totalmente diferente daquela que era discutida em meados do século XX.

Nesse sentido, a própria contraposição entre uma concepção de *historia magistra vitae* (templo cíclico), como aceito pelos antigos, e a ideia de um progresso científico e temporal (tempo linear), se manifestam como sintomas dessa diferenciação, embasada pelas ideias de Koselleck, entre historiografia antiga e a historiografia moderna (KOSELLECK, 2006: 41-60).

Essa percepção de que a historiografia antiga deveria ser entendida através dos seus próprios moldes e paradigmas é uma contribuição muito importante para nosso estudo. No entanto, essa separação não é tão simples de ser realizada, e o extenso debate que foi construído a respeito dessas novas concepções é um forte indicador que os problemas derivados desses debates, como a questão da verdade histórica e as características do gênero historiográfico, estão longe de ser respondidos por meio de algum modelo satisfatório.

Somado a isso, a própria concepção sobre a “história moderna”, tal como fornecida por Koselleck, e que pode ser entendida como uma fusão entre a poesia e a realidade histórica (KOSELLECK, 2004), auxiliou no processo de crítica da história como um artefato literário. Ou seja, a própria composição das narrativas históricas passava a ser um processo que deveria ser problematizado, tendo em vista que era essencial que historiador descrevesse os acontecimentos passados, mesclando-os com elementos que eram derivados de exigências poéticas e literárias (KOSELLECK, 2006: 127).

Essa concepção, quando colocada em diálogo com os pesquisadores da denominada virada linguística, ou “linguistic turn”^{viii}, auxiliou no processo de crítica das narrativas históricas, que agora deixavam para trás a sua condição de ferramenta de exposição, para assumir a condição de “problema de pesquisa” (POCOCK, 2003: 46). Essas novas concepções foram alavancadas pelos estudos realizados através de análises linguísticas, que eram adotadas por filósofos da Universidade de Cambridge (1950), como também através da noção desenvolvida em Oxford, de que os leitores também eram atuantes no processo de elocução de um determinado discurso (POCOCK, 2003: 46).

Nesse sentido podemos citar as contribuições realizadas por J. G. A. Pocock que foram organizadas em um livro intitulado *Linguagens do Ideário Político*. Nesse livro, o autor também parte das concepções anteriormente citadas, e que foram

estabelecidas na década de 1950, só que através da contraposição às ideias de outro autor que também atuou nessa guinada linguística: Quentin Skinner. Segundo Pocock, a contraposição que deve ser defendida a respeito da proposta de Skinner é que as produções literárias, inclusive a própria história, estariam compreendidas em um conjunto de “atos de fala” que eram limitados pelo contexto linguístico daquele autor que proferiu determinado discurso. Desta maneira, caberia aos historiadores modernos estudar os determinados contextos linguísticos, que por sua vez iriam desvendar os contextos políticos, sociais e até mesmo históricos, além de ser possível resgatar as intenções daquele que proferiu o discurso estudado (POCOCK, 2003: 26 a 28).

Com efeito, para Pocock a história não deve ser entendida como um conjunto de “atos de fala”, mas deve ser compreendida dentro de um complexo retórico, lógico e metodológico que é imposto e utilizado pelo autor de determinado discurso histórico. Ou seja, dentro de suas concepções o historiador passa a delimitar o público alvo de sua obra, como também as estratégias persuasivas que utilizará na composição de seu discurso. Contudo, a contribuição de Pocock está na compreensão de que todo aquele que constrói determinado discurso não possui nenhum controle sobre as formas de interpretação que serão realizadas pelos leitores. Nesse sentido, através dessa dupla via, fica impossível resgatar as intenções daquele que profere determinada elocução já que as interpretações sobre o que foi dito podem variar de leitor para leitor (POCOCK, 2003).

Essas novas concepções desenvolvidas durante o século XX foram muito atuantes em uma nova guinada no pensamento histórico, que além de diferenciar a historiografia antiga da moderna e de problematizar os discursos construídos pelos historiadores antigos, partia de um pressuposto muito inovador que era embasado em uma nova compreensão da epistemologia histórica, que passava a ser calcada em preceitos de ficcionalidade histórica.

Nesse sentido, a relação entre história e poesia, tal como defendida por Koselleck, e a noção de que toda a produção discursiva/literária deveria ser entendida através da problematização da narrativa que foi construída sobre determinado fato, quando somada a noção de ficcionalidade dos discursos históricos, deslocaram a compreensão sobre a epistemologia histórica para outro nível, que não o da própria

historia, mas sim, para um campo extremamente autônomo e distinto da antiga cientificidade histórica: a ficção literária.

Essas ideias foram transportadas para a compreensão da historiografia antiga que até então continuava a ser compreendida como algo totalmente diferente da “ciência histórica”, só que agora passava a ser questionada através de preocupações quanto à composição do discurso historiográfico em sua forma literária. Nesse sentido, a história, como qualquer produção literária, estava calcada em convenções que atendiam a anseios de longas tradições literárias que eram limitadas pelo contexto linguístico de cada escritor.

Essa nova percepção dentro do campo da epistemologia histórica recebeu a alcunha de “pós-modernismo” e estava intensamente preocupada com a dificuldade que pesquisadores, como Hayden White, encontravam em descrever os fatos passados como eles realmente se deram em uma possível (mas não existente) realidade histórica. Dessa maneira iremos iniciar o nosso estudo sobre as ideias de Hayden White em uma seção específica para esta discussão. Nossa justificativa para essa separação é que esses estudos da guinada pós-modernista são muito importantes para tecermos nossas bases teóricas para o estudo sobre Tácito, já que influenciaram uma vasta gama de tradutores e teóricos que se debruçaram especificamente sobre os problemas que envolviam a veracidade das narrativas dos historiadores antigos.

A contribuição da drástica separação entre realidade e ficção histórica de Hayden White para os estudos sobre a historiografia Clássica

“Que segurança havia na *alétheia* que a escrita da história se empenhava em registrar?” (LIMA, 2006: 16).

Optamos por começar nossa discussão com uma pequena epígrafe extraída da obra “*História, Ficção e Literatura*”, de autoria de Luiz Costa Lima, devido à importância dessa pergunta nos debates acadêmicos atuais a respeito da “verdade” na historiografia. Durante anos a fio esse questionamento se colocou como um incômodo acadêmico sobre a própria natureza da disciplina História, quando intelectuais repensavam, através da autoindulgência científica herdada do século XIX, a

possibilidade de que tudo aquilo que foi descrito pelos historiadores é, ou melhor, foi a “realidade”.

Nesse sentido, passamos a observar duas possibilidades de análise que foram construídas ao longo desta vasta tradição de se pensar a historiografia antiga, e que se constituem como essenciais para nosso estudo. A primeira, calcada em concepções derivadas da denominada “Escola Metódica” alemã, e a segunda, que foi impulsionada pelos teóricos da “linguistic turn”, como John Pocock (2003: 23-62), que iniciaram o processo de crítica das narrativas históricas, e que encontraram a sua maior expressão nas ideias defendidas por Hayden White.

Nesse ínterim de leituras, e cabe dizer que influenciadas pelos seus respectivos contextos históricos, podemos perceber que as problematizações dos conceitos como a “verdade” e a “realidade”, se colocaram como problemas essenciais no campo da epistemologia histórica, inclusive justificando as diferentes compreensões que aproximavam a historiografia antiga com aquilo que era entendido, pelo menos pelos teóricos da “Escola Metódica” alemã, como adjacente, ou não, de uma cientificidade histórica. Como a historiografia antiga não demonstrava a preocupação em lidar com as fontes primárias da mesma maneira que ficara estabelecido pela concepção dominante de “Ciência”, gerou-se a necessidade de lidar com esses documentos de outra maneira.

Junto à vertente historicista, o século XIX presenciou o a fusão entre a poesia e a realidade histórica. Desta cooperação entre a necessidade de empiria/realidade concreta e as exigências da literatura poética surgiram os chamados romances históricos. Assim, tendo em vista a concepção de um romance como gênero de representação de uma determinada realidade, essa literatura passa a ser pensada como um problema de pesquisa e não somente como fonte (NOBRE, 2010: 22).

O maior expoente dessa guinada cética no pensamento histórico, o norte-americano Hayden White, desenvolvendo suas ideias na década de 70, realizou críticas epistemológicas severas à historiografia, deixando de lado aquela antiga visão de que o objetivo da história era relatar a “verdade” ou uma “realidade passada” em favorecimento de uma hipótese calcada na teoria literária.

Apoiando-se em sua teoria da utilização de tropos linguísticos pelo historiador para compor a narrativa dos eventos, a questão básica que é defendida por Hayden White não se resume apenas em negar a existência dos fatos, mas também a validade do

sentido que atribuímos a esses fatos (WHITE, 2000: 66 – 86). Nesse sentido, fica clara a ideia de que “history is no less a form of fiction than the novel is a form of historical representation” (*Apud* NOBRE, 2010: 15)

As narrativas históricas, por sua vez, foram declaradamente classificadas por White como ficções verbais e entendidas no âmbito dos romances históricos novecentistas que eram marcados como um *constructo* que mesclava os fatos históricos com quatro modos de formação de enredos (*emplotment*): o romanesco, o trágico, o cômico e o satírico (WHITE, 1992: 26-36).

As novas leituras derivadas dessa perspectiva literária da historiografia, tal como proposta por White, influenciaram os estudos sobre a historiografia clássica que passaram a privilegiar sistematicamente o estudo dos “discursos” históricos e a problematizar as questões decorrentes dos elementos da ficcionalidade dentro da historiografia clássica.

Esses estudos, por sua vez, retirando dos ombros da historiografia os preceitos derivados da “veracidade” e das provas documentais, acabaram por empurrar toda a compreensão da epistemologia histórica, que até então era predominante, para outra margem, completamente oposta, e demarcando por vez um debate acerca das fronteiras entre verdade e ficção.

Dentro dessa perspectiva pós-modernista, os estudos sobre a historiografia antiga se debruçaram na problematização da narrativa histórica, que agora era tratada como discurso, distanciando-se das questões sobre a veracidade das fontes e focando-se no estudo das narrativas historiográficas da antiguidade como artefatos literários. Ou seja, como aponta John Marincola, “this new generation of studies often seeks to uncover the rhetorical workings that underlie the text, most especially the way that meaning and explanation are constructed at the level of language” (MARINCOLA, 2007: 3).

Em *Fiction and History: Historiography and the Novel*, J. R Morgan ilustra, em linhas muito claras, a grande influência que alcançaram as interpretações influenciadas pelas ideias de Hayden White, decorrentes da ficção literária aplicada ao campo da epistemologia histórica. Defendendo a grande afinidade entre o historiador e o romancista, Morgan nos apresenta argumentos destacados de historiadores, geógrafos e poetas antigos a respeito das estratégias literárias que eram utilizadas tanto por

romancistas quanto por aqueles que se propunham a escrever uma obra histórica na antiguidade.

Contudo, apesar de nos apresentar ideias importantes para nosso debate, o que nos importa em primeira instância nesse pensamento é o fato de que o historiador reconhece que aplicar determinadas categorias, como verdade e ficção, para entendermos a historiografia antiga somente é válido se o pesquisador se propuser a problematizar esses conceitos, tendo em vista que a verdade e a ficção, tal como entendemos em nosso meio científico e acadêmico, não possuíam o mesmo significado para os antigos. Em suas palavras:

Let us draw some of these threads together. To the modern mind history and fiction are virtually antonyms. Some ancient thinkers came close to conceptualizing fiction in the modern way, as an untruth that does intend to deceive, though more often they identified what we would call fiction with lying. (MORGAN In: MARINCOLA, 2007: 564).

Acompanhadas da noção de uma verdade que era produzida por elementos de ordem extratextual, essas novas questões auxiliaram na compreensão dos elementos da ficção, entendidos nos termos de *psêudo/ fictio*, e que geraram a necessidade de se pensar esta “ficcionalidade da história” através da leitura e dos conceitos que eram decorrentes da própria formação dos oradores e retores antigos. Dessa maneira, pesquisadores, como A. J Woodman, começaram a resgatar as antigas noções de retórica e oratória, em especial a retórica aristotélica e oratória ciceroniana, como meio de se compreender as diferentes práticas historiográficas e suplantando as interpretações sobre o descrédito da retórica, que tiveram seu início no final do século XVIII até as últimas décadas do XX, baseados na concepção de falsidade (uma retórica mentirosa e ornada), para uma percepção que nos permite perceber a combinação entre retórica e prova (GINZBURG, 2002: 41).

Uma dessas grandes contribuições se deve aos estudos sobre as posições sociais desses homens que produziam as obras históricas na antiguidade e, como consequência, os pesquisadores modernos passaram a trilhar o caminho educacional percorrido por esses escritores até encontrar a base de toda erudição que estava calcada no ensino e nos exercícios retóricos e oratórios (WOODMAN, 2004).

Nesse sentido, passamos a observar a historiografia antiga através de uma grande afinidade com a arte da oratória, e os estudos de Woodman passavam a indicar que estes oradores possuíam uma formação educacional calcada em estudos de gramática, retórica e exercícios de oratória, artes do saber que tinham como base a leitura e a declamação de vários autores, como Homero, Tucídides, Platão, Isócrates, Aristóteles, Demóstenes, Virgílio, Salústio e Cícero, como também a leitura de historiadores, como Heródoto, Tucídides, Políbio e Tito Lívio (WOODMAN, 2004).

Contudo, esse tipo de educação era privilégio de poucos. O próprio linguajar das grandes composições, os temas tratados, o entendimento dos *topói* e figuras discursivas geravam a necessidade de que os ouvintes fossem também de uma parcela instruída da sociedade, e, como decorrência, eram declamadas ou lidas em ambientes aristocráticos.

Até esse ponto concordamos que a separação entre historiografia antiga e moderna foi uma crítica muito construtiva para os estudos clássicos. A perda do “dogma” da busca pela verdade na historiografia fez com que os pesquisadores atentassem para outras questões, como a própria ficcionalidade dos discursos históricos, e procurassem a entender o gênero historiográfico da antiguidade através do diálogo com as práticas e convenções retóricas e oratórias.

Os historiadores antigos, portanto, estavam sujeitos às mesmas práticas oratórias que todos os gêneros discursivos da antiguidade. E uma dessas práticas, como foi apontada anteriormente, era o conhecimento e a emulação das diversas autoridades que compunham suas obras absorvendo um vasto universo de possibilidades e de composição de gêneros.

Essa nova concepção impulsionou os estudiosos modernos a encontrarem as bases literárias que influenciaram as produções históricas na antiguidade. Ou seja, todas as produções discursivas na antiguidade passavam pelo estudo e pela imitação de outras *auctoritates* do campo da poesia, da história, da geografia e da tragédia. Assim, criou-se um consenso entre alguns pesquisadores, como A. J. Woodman, que essas produções estavam respondendo os anseios de grandes tradições literárias e que aqueles oradores que se propunham a imitar determinadas características de um discurso estavam, por sua vez, se colocando como pertencentes (ou não) a uma determinada tradição.

Somado a isso, a interpretação sobre a ficcionalidade da história, influenciada pelas ideias de Hayden White, encontraram suas bases de sustentação nos oradores antigos quando se depararam com passagens que discutiam sobre como os oradores antigos deveriam trabalhar o conteúdo e o estilo de seus discursos. Dessa maneira, o historiador antigo passava a ser entendido como pós-moderno:

But the Roman historians were also historians, and they were no more modernist historians (telling us what happened, what really happened, objectively, truthfully) than they are postmodern historians. Which means that we have just as much of a right and a obligation to read them from a postmodern perspective as earlier generations had to read them within the norms and requirements of modernist history (BATSTONE In: FELDHERR, 2009: 30).

Nesse mesmo sentido, também não podemos deixar de destacar os estudos de A. J. Woodman que, nos últimos anos, tem se mostrado um importante pesquisador do campo da epistemologia histórica da antiguidade e que compôs diversos livros, artigos, traduções e continua participando de debates muito influentes a respeito da aplicação dessas novas perspectivas da teoria literária na historiografia antiga.

Em 1988 o mesmo autor publicou *Rhetoric in Classical Historiography* cujo objetivo principal era atacar toda a credibilidade da tradição historiográfica clássica através da concepção de que esta estava calcada na manipulação dos fatos visando somente atingir a *fides* dos ouvintes (WOODMAN, 2004). Nesse sentido, para Woodman, a historiografia antiga passou a ser entendida como uma construção puramente literária, e feita para que o orador exercitasse a sua capacidade retórica, poética e dramática.

Assim, partindo de Homero e sua conseqüente emulação por Heródoto, Woodman ia cada vez mais se filiando a correntes literárias de grandes tradições de estilos e de composições que, apoiando-se em estratégias retóricas, mesclavam os fatos (*res factae*) com a ficção (*res fictia*). Ou seja, um *constructo* mais próximo ao que os antigos entendiam como um estilo *poético*. Quanto ao historiador, esse personagem também foi entendido como um romancista e um criador de ficções (MORGAN, 2007: 553). Assim, a história se colocava com a tarefa primordial de dar prazer aos leitores e a sua função pedagógica estaria bem demarcada dentro do campo do epidídico, ou seja,

visando a criar *exempla* que seriam imitados ou vituperados pelos homens do presente ou do futuro, sem se preocupar com a veracidade dos fatos.

Nesse sentido, podemos destacar que a aproximação da historiografia antiga com a poesia nos auxilia no entendimento de que aquela possui um melhor entendimento através de críticas derivadas de uma epistemologia crítica calcada na retórica e na literatura, e não nos moldes de uma história científica. Além disso, nos auxilia no entendimento de que as produções realizadas pelos historiadores antigos somente eram possíveis através do material que os homens instruídos possuíam como ferramentas para o desenvolvimento de suas respectivas erudições. E, esse material somente era encontrado em obras compostas por filósofos, retóricos e oradores antigos.

A compreensão sobre a problematização das narrativas históricas, que vinha sendo desenvolvida desde as revisões sobre os teóricos da “escola metódica” também foi levada em consideração, só que através do entendimento de que para os oradores antigos as narrativas históricas eram ficcionais e correspondiam a longas tradições literárias, que encontram a sua origem na poesia de Homero.

Dessa maneira, o campo da historiografia clássica passou a absorver essas novas contribuições que fomentavam intensos debates, principalmente, a respeito da inserção daquilo que era delineado como “historiografia clássica” dentro do campo da literatura. E, como vimos essas novas ideias foram desenvolvidas principalmente através da publicação da obra *Rhetoric in Classical Historiography* em 1988 por A. J. Woodman. Neste livro um dos argumentos defendidos por Woodman era o de voltarmos nossas atenções para a formação dos historiadores antigos, que eram embasadas em preceitos retóricos e oratórios, mas, principalmente atentarmos para a *inventio* retórica aplicada no processo de composição de uma obra historiográfica/literária:

If in reading the *Annals* our expectations are those of a modern reader of historiography, we shall be very surprised indeed that Tacitus invents speeches and constructs his narrative with materials borrowed from the texts of earlier authors which have nothing to do with Tacitus' subject. But, if we know that Romans expected historiography to be like poetry, such invention and borrowing immediately make sense: after all, this is precisely what (say) Virgil was doing when, in composing the Aeneid, he borrowed from (among many others) Homer, Apollonius of Rhodes, and Ennius). In other words, the actual procedures of the ancient historians strongly suggest (when there is the evidence to test them) that the ancient definitions of

the genre are indeed to be taken seriously and at face value.
(WOODMAN, 2004: xviii)

Essa passagem foi extraída do prefácio da tradução da obra *Anais*, publicada em 2004, e de autoria de A. J Woodman. Neste estudo, como podemos perceber, o pesquisador se encontra em uma posição muito cética em relação à veracidade da historiografia antiga. Em apenas poucas passagens anteriores a esta que foi citada anteriormente, Woodman realiza um estudo bem interessante sobre quais fontes - ou evidências - Tácito teria utilizado em sua empreitada historiográfica. Apesar de indicar uma extensa lista de material que Tácito certamente teria consultado, Woodman opta por defender a ideia de que sua historiografia não estava comprometida com a verdade e sim com o deleite atingido por um ótimo exercício literário.

Portanto, a redefinição proposta por Woodman para o gênero historiográfico estava, portanto, implicadas em concepções literárias. A retórica, dessa maneira, passa ser entendida como um instrumento da própria literatura e os *tópoi*, as máximas e a criação de *exemplae*, que tanto foram discutidas pelos próprios retores antigos, passavam a assumir uma nova forma que era a de “tradição literária”.

Nesse sentido, levantadas alguns dos pilares do nosso raciocínio, iremos apresentar algumas contribuições contemporâneas que foram realizadas dentro do campo da historiografia antiga, em especial na historiografia sobre Tácito, e que são basicamente colocadas em confronto com das ideias expostas anteriormente, e que consistem no estudo fundador de Ronald Syme e nas teorias literárias de A. J Woodman.

Dessa maneira, dialogando com a abordagem literária e social de Ronald Syme, a pesquisadora Ellen O’Gorman propõe, em seu livro *Irony and misreading in the Annals of Tacitus* (O’GORMAN, 2000), a aproximação entre o pensamento sobre Tácito com as teorias calcadas na análise dos discursos e nas tradições literárias. Para a pesquisadora, a inauguração do novo regime instaurado por Augusto é marcada por uma ruptura de uma ordem simbólica da República e a formulação de uma nova ordem, assinalada pelas falsas aparências e verdades obscuras.

Portanto, para a autora, o principado em que Tácito estava inserido é reconhecido pela ambiguidade e pelo jogo daqueles que fingem que governam e daqueles que fingem que obedecem. Esse quadro iria permitir a forma irônica pela qual

Tácito escreve a sua história, ou seja, tendo apenas objetivos de ordem puramente literária limitada pelo quadro linguístico de sua época, afastando-se da ideia de que os historiadores faziam política através de suas obras. Fundamentalmente, em razão disso, teríamos em Tácito o uso da ironia como elemento central para a produção de suas narrativas.

A nosso ver, O’Gorman transporta para a antiguidade a nossa dificuldade contemporânea de interpretar as obras de Tácito. Ao dar grande ênfase à interpretação do leitor, a autora conduz ao entendimento de que necessitava de um público especializado nas técnicas necessárias para realizar a interpretação dos discursos escritos. Essa limitação se dá por causa da problematização feita por O’Gorman que consiste em apenas analisar o discurso escrito de Tácito, muitas vezes se esquecendo que a *historia* na antiguidade era um gênero do discurso e que necessitava de um orador para a leitura das obras.

De maneira adversa, Holy Haynes, calcando-se firmemente nos debates oriundos das interpretações de Hayden White, também analisa a construção do discurso de Tácito, só que no intuito de desvinculá-lo das noções de uma construção calcada em uma tradição (como faz O’Gorman) ou impostas por necessidades políticas e sociais (Syme). Dessa maneira, para a autora, a melhor maneira de entendermos a obra de Tácito seria através do seu reconhecimento como um “faz de conta”. Ou seja, “a history of make-believe” (HAYNES, 2003)^{ix}.

Contrapondo-se principalmente às ideias de O’Gorman, Holy Haynes considera a representação social como uma parte da ordem simbólica, que, por sua vez, estava fundada em uma mentira que sustentava a sociedade. Nesse sentido, para avançar nesta hipótese, a autora recorre ao estudo mais detalhado da obra *Historias*, de Tácito, no intuito de apresentar que existia uma crise da representação política e social que fora inaugurada e sustentada pela dinastia Júlio-Cláudia, e que, com seu fim, criava a necessidade de se representar os fatos através de um clima instável e pouco seguro, marcado pela guerra civil. Dessa maneira, a autora se debruça na tentativa de estudar a crise e restauração dessas representações sociais que foram alavancadas pelos imperadores subsequentes a Nero, e constatando que em muitos casos, como o do imperador Otho, aonde existia a grande preocupação de sempre se retomarem ao governo neroniano, até que por fim Vespasiano inaugura uma nova representação.

Esse jogo de criação de uma representação e da construção de uma crença difundida através dela é muito parecido com a ideia defendida por O'Gorman de que a responsabilidade pela interpretação do discurso taciteano esteja limitado ao contexto linguístico do autor e do leitor. Dito de outra maneira, essas análises puramente retórica e literária das obras de Tácito nos parecem interessantes na medida em que nos auxiliam na compreensão de que as composições historiográficas na antiguidade estavam sujeitas ao emprego de convenções retóricas, como também nos parece muito significativa a tentativa de se pensar a historiografia através dos elementos emulados de autores anteriores. Nesse sentido, a historiografia compreendida como gênero literário passava a ter como principal objetivo o de convencer uma determinada plateia e exercitar os talentos literários do próprio historiador. Dessa maneira, o que passamos a observar é o completo esvaziamento dos questionamentos que envolviam o significado de se fazer uma obra histórica e não optar pelo desenvolvimento de um romance ou de um poema.

Na contramão dessas tendências, Dylan Saylor também se propõe a estudar a construção do discurso taciteano, só que relacionando essa narrativa historiográfica como parte da atuação política do agente social, Tácito. Segundo Saylor, a história na antiguidade era um gênero praticado pela elite, e o historiador, como parte integrante desse grupo, passava a aplicar toda a sua experiência política na descrição dos eventos que estava reportando (SAILOR, 2008: 7).

No caso de Tácito, o ato de se escrever história era muito significativo, pois, para Saylor, a produção de uma determinada obra passava a ser entendida dentro de um processo maior, que era o de construir um *monumentum* e afirmar a sua autoridade e a sua independência frente ao *princeps*. Assim, para ele, a história se tornava um elemento de ação e coerção social, e o historiador, por sua vez, passava a ser visto como um agente social atuante no cenário político, através da leitura de suas obras para os outros homens que praticavam a atividade política.

Portanto, para Saylor a historiografia antiga deve ser compreendida dentro da atividade política que era realizada pelo historiador. Só que sempre tendo em vista que o escritor deveria se equilibrar em uma linha tênue entre a subordinação e a autonomia frente a um imperador que possuía os poderes necessários para escolher o que seria publicado ou o que seria apagado. Nesse sentido, fica clara a ideia de que para Saylor o próprio sistema de governo (principado) era ambíguo e por isso a escrita de Tácito

também se mostrará ambígua, intercalando exemplos de autonomia e de sujeição frente aos imperadores.

Portanto, Saylor contribui para o debate no sentido em que retoma parte da contribuição de Syme e as atualiza frente às discussões modernas (aqui representadas por Ellen O’Gorman e Holly Haynes) e que privilegiam o viés literário de Tácito. Dessa maneira, podemos perceber que, para Saylor e Syme, Tácito é um agente essencialmente político, interferindo nos conflitos de seu tempo. Já, para Haynes e O’Gorman, em contraste, o historiador latino apenas se propõe a fazer uma obra literária que não possui nenhuma conexão com a simples exposição dos acontecimentos passados, e que somente atendia aos anseios de longas tradições literárias.

No Brasil, os estudos sobre Tácito ainda são muito singelos se compararmos com as produções europeias e norte-americanas. Contudo, as últimas duas décadas têm presenciado o desenvolvimento da área dos Estudos Clássicos e aparecimento de especialistas, estudiosos e leitores de Tácito. Fruto desse desenvolvimento, em 2004 é lançado o livro intitulado “Tácito e a metáfora da escravidão”, de autoria do professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) Fábio Duarte Joly.

O autor inicia seu estudo se posicionando de maneira adversa aos debates realizados entre as visões calcadas na interpretação de que a função de história para Tácito seria muito mais proporcionar prazer ao leitor do que promover informações históricas. Nesse sentido, concordando com Syme, que sustentou que a obra de Tácito refletiria sua condição de *nouus homo* e senador, e que, portanto, deveria ser entendida como uma forma de intervenção política no Principado, Fábio Duarte Joly defende a ideia de que não devemos separar a atividade historiográfica taciteana do papel e da posição que o historiador exercia no principado. Dessa maneira, Joly procura demonstrar que Tácito se apropria de um elemento retórico muito específico, a metáfora, para descrever as relações sociais entre a aristocracia romana e o *princeps*. Assumindo, portanto, a forma que Joly classificou como a *metáfora da escravidão*.

Dessa maneira, Joly demonstra que os estudos sobre Tácito começam a assumir uma nova formatação bem diferente daquela calcada no entendimento da historiografia tacitena composta apenas por convenções literárias. No entanto, o que é proposto pelo pesquisador não é o total afastamento dessas concepções. Ou seja, elas somente devem ser interpretadas através da inserção das obras taciteanas em um contexto mais amplo e

que compreenda as relações entre a posição social do escritor, a configuração de sua obra e seu respectivo público (JOLY, 2004: 51). Nesse mesmo sentido, o que passamos a presenciar no desenvolvimento desse novo processo de crítica é o resgate da historiografia antiga através das concepções de retórica e de oratória conforme concebidas pela própria tradição antiga. Além disso, devemos atentar para o fato de que os discursos compostos por esses homens políticos também possuem características que eram derivadas de suas formações como oradores.

Conclusão

Como vimos a separação entre historiografia antiga e historiografia moderna auxiliou nossa compreensão sobre as obras produzidas pelos historiadores antigos. Além disso, também destacamos que as novas concepções epistemológicas sobre a natureza literária e ficcional da história se consistem como um modelo mais compatível com a historiografia taciteana do que aquela embasada na noção científica tal como elaborada pelos teóricos da escola metódica alemã.

Dessa maneira, as ideias derivadas das novas concepções sobre a epistemologia histórica de Hayden White influenciaram uma vasta gama de pesquisadores sobre a historiografia taciteana. Esse processo permitiu o resgate das antigas noções sobre retórica e história, bem como fomentou os debates que envolviam o “esvaziamento” de qualquer noção de “verdade histórica” que poderia ser pretendida pelos historiadores antigos. Através dessa noção ficou estabelecido, principalmente pelas ideias fomentadas pelas pesquisas de A. J. Woodman, que Tácito estaria incluído nesse mesmo sistema de produção de discursos (oratória) e que compunha a sua narrativa histórica através de preceitos literários e ficcionais. Assim, o historiador latino era entendido como um romancista, filiado a grandes tradições literárias sobre o modo de se escrever história, e que se aproximariam daquilo que havia sido entendido por Hayden White como um romance histórico.

No entanto, devemos destacar que essas observações carecem que melhores indagações a respeito das diferentes concepções entre o que pode ser entendido como verdade e ficção para os antigos e para os nossos contemporâneos. Nesse sentido, as concepções que foram influenciadas pelas ideias de Woodman e que se apropriavam das

noções modernas sobre as concepções de “verdade” ou “ficção”, com o intuito de compreender a historiografia taciteana também se coloca como um grande problema a ser trabalhado.

Referências

Fontes

TACITUS. *The Annals*. Translated by A.J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, Inc., 2004.

TÁCITO. *Anais*. Trad. J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952 (Clássicos Jackson, Vol XXV).

TÁCITO. *Obras Menores*. Tradução de Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

TACITUS. *The Histories*. Translated by Kenneth Wellesley. London: Penguin, 1995.

Bibliografia

ARAUJO, Valdei Lopes de. “A época das revoluções no contexto do tacitismo: notas sobre a primeira tradução portuguesa dos Anais”. *Estudos Ibero-Americanos (PUCRS. Impresso)*, v. 36, 2010. pp. 343-365.

ARAUJO, Valdei Lopes de. "O tempo como problema". In: *A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, pp. 57-99.

BATSTONE, William W. “Postmodern historiographical theory and the Roman Historians”. In: FELDHERR, Andrew. *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. pp. 24 – 41.

BALAKRISHNA, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOISSIER, Gaston. *Tácito*. São Paulo: Ed. Difusão S/A, 1934.

CHIAPPETTA, Angélica. “Não Diferem o Historiador e o Poeta: o texto Histórico como Instrumento e Objeto de Trabalho”. *Língua e Literatura*, 22, 1996, pp. 15-34.

CURTHOYS, Ann & DOCKER, John. "Anti-postmodernism and the Holocaust; "History War". In: *is history fiction?* Michigan: The university of Michigan Press, 2004, PP. 206 – 219; 220 – 237.

FELDHERR, Andrew. *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.181.

JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.

JOLY, Fábio. Teleologia e Metodologia Históricas em Tácito. *História Revista*, Goiânia, v. 6, n. 2, 2001, p. 25-50.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistra vitae - sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006, p. 41-60.

LONDON, J. E. "Historians without history: Against Roman historiography". In: FELDHERR, Andrew. *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. pp. 41 – 63.

LIMA, Luiz Costa. *História, ficção e literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

MARINCOLA, John. *A companion to Greek and Roman historiography*. Volume I. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

MARTIN, Hervé & BORDÉ, Guy. "A Escola Metódica" In: *As escolas históricas*, Portugal: Europa-América, 1983.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna; tradução Maria Beatriz Borba Florenzano*. Bauru: EDUSC, 2004.

NOBRE, Ricardo. *Intrigas palacianas nos Annales de Tácito: tentativas e processos de obtenção de poder no principado de Tibério*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. 2010.

O'GORMAN, Ellen. *Irony and misreading in the Annals of Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PALTI, Elias. "El romanticismo como idea y como lenguaje" In: *El momento romántico: nación, historia y lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, pp. 13-22.

PALTI, Elias. "Lugares e no lugares de las ideas en America Latina". In: *El tiempo de la política: El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, pp. 259-308.

POCOCK, John. “O Estado da Arte“. In: *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 23-62.

REVEL, Jacques. “História e Ciências Sociais os paradigmas dos Annales“. In: *A Invenção da sociedade*, Lisboa: Difel, 1989.

SILVEIRA, Breno. “Prefácio“. In: TÁCITO. *Anais*. Trad. J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952 (Clássicos Jackson, Vol XXV).

SIMIAND, François. *Método Histórico e Ciência Social*, São Paulo: EDUSC, 2003

SYME, Ronald. “How Tacitus Came to History“. *Greece & Rome*, 2nd Ser., Vol. 4, No. 2. (Oct., 1957), pp. 160-167.

SYME, Ronald. *Tacitus*. London: Oxford University Press, 1967.

WHITE, Hayden. “The Modernist Event“. In: *Figural Realism: studies in the mimesis effect*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2000, pp. 66 – 86.

WHITE, Hayden. *Meta- História: a Imaginação Histórica do Século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992.

WOODMAN, A. J. Introduction. In: *The Annals*. Translated by A.J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, Inc., 2004.

WOODMAN, A. J. *Rhetoric in Classical Historiography*. Taylor & Francis Library, 2004.

WOODMAN, A. J. *The Cambridge Companion to Tacitus*. Edited by A. J. Woodman. New York: Cambridge University Press, 2009.

WOODMAN, A. J. *History and Alternative Histories: Tacitus*. In: *Rhetoric in Classical Historiography*. London and New York: Rutledge, 1988, pp. 160-196.

Notas

ⁱ Mestrando em História pelo Programa de Pós- graduação da Universidade Federal de Ouro Preto, pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR) e bolsista CAPES – REUNI. E-mail: ygorlain@gmail.com

ⁱⁱ No Brasil temos o caso do IHGB. Cf. (ARAÚJO, 2008).

ⁱⁱⁱ Documentos da administração política do Estado. Cf. (MARTIN & BORDÉ, 1983: 98).

^{iv} As ideias contidas nesse artigo foram melhor trabalhadas na publicação dos dois volumes que compõem o estudo de Ronald Syme sobre Tácito (Capítulos I – III e XI – XII).

^v Nessa mesma abordagem, Ronald Syme distancia a obra *Anais* da obra *Ab urbe condita* Livre de Tito Lívio, já que para o autor neozelandês, Lívio não possui uma visão crítica do regime, apenas está interessado em recorrer ao passado republicano para que a *historia* seja fonte de segurança para os problemas do presente.

^{vi} "Caesarian" party.

^{vii} Como exemplo, temos a publicação de obras de Finley e que são contemporâneas às discussões realizadas por Syme: *Economy and Society in Ancient Greece* (1953), *The Ancient Greeks: An Introduction to Their Life and Thought* (1963).

^{viii} Essa expressão foi criada por Richard Rorty em 1967. Cf. (SOUZA, 2008: 1- 19).

^{ix} Holy Haynes considera o principado como uma representação. Ou seja, apenas um discurso construído sobre algo que não existia. Os romanos viviam tão intensamente essas representações que a sua ruptura levou a um novo momento de *stasis*. A autora justifica seu argumento dizendo que certos imperadores da guerra civil de 69 d.C tentavam se intitular como "novo Nero".